

Ilmo. Pregoeiro da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul

**PREGÃO ELETRÔNICO 9143/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 23/1400-0011493-7**

OBJETO Contratação de empresa especializada para o fornecimento de solução de PABX em nuvem e telefonia IP (VOIP - Voice Over Internet Protocol), com fornecimento de materiais, equipamentos, consoante condições estabelecidas no edital e seus anexos.

**WECOM, COMÉRCIO, DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A**, empresa participante no presente certame vem, respeitosamente, a presença dessa autoridade, tempestivamente, apresentar **Manifestação** objetivando demonstrar que a solução apresentada na Prova de Conceito pela empresa **3CORP TECHNOLOGY** não é aderente ao Termo de Referência e descumpre inúmeros itens da especificação técnica exigida, o que faz em conformidade com as razões de fato e direito que a seguir minudencia:

**1. Considerações iniciais:**

A Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul realizou licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO.

A licitação é regida pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021; Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940; Lei nº 11.389, de 25 de novembro de 1999; Lei nº 13.706, de 6 de abril de 2011; Decreto nº 42.250, de 19 de maio de 2003; Decreto 48.160, de 14 de julho de 2011; Decreto nº 52.768, de 15 de dezembro de 2015; Decreto nº 55.717, de 12 de janeiro de 2021; Decreto Estadual nº 57.033, de 23 de maio de 2023, Decreto Estadual nº 57.037, de 23 de maio de 2023, Decreto



Estadual nº 57.154 de 22 de agosto de 2023 e pelas condições previstas em Edital e seus Anexos. 1

O objeto da presente licitação visa à contratação de prestação de serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra, conforme descrição e condições especificadas no Anexo V - FOLHA DE DADOS (CGL 1.1) e de acordo com as condições contidas no Termo de Referência (Anexo VI).

A Recorrida teve aceita sua proposta e foi chamada a apresentar sua solução na POC, prevista no item 3.5, ocasião em que restou evidenciado a ausência de compatibilidade e desempenho esperados da solução, em nítida afronta ao item 3.3.10 do edital.

Frente a esse cenário e diante da não aderência da solução ofertada a diversos itens do Termo de Referência, se faz imperioso o acolhimento dessas razões de recurso para o fim de que seja desclassificada do certame a empresa 3 Corp nos termos do item CGL 10.3.2.5, segundo o qual “a licitante vencedora não comprovar o pleno atendimento aos requisitos estabelecidos, a mesma será desclassificada, sendo convocada a segunda classificada no certame e assim, sucessivamente.

## 2. Das razões de provimento do recurso:

A Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul - SEFAZ-RS, possui o seu serviço de telefonia fixa sendo prestada atualmente através de centrais PABX físicas próprias, bem como aparelhos telefônicos analógicos que já apresentam elevado grau de obsolescência e elevados custos com manutenção.

Para atender as demandas do órgão, busca-se por meio do presente certame a recontração dos serviços licitados, mas tendo presente a necessidade de conformidade da proposta vencedora com as atuais práticas do mercado e padrões tecnológicos, bem como as características, funcionalidades e demais exigências técnicas que compõe o processo de contratação.



E justamente por essa razão a Contratante optou pela contratação de uma solução completa de PABX em nuvem, para a comunicação interna da SEFAZ e migração dos serviços prestados atualmente.

Diante dessa necessidade e essencialidade do objeto a ser contratado, imperioso que a contratação respeite as bases estipuladas em edital, razão pela qual a solução ofertada DEVE cumprir integralmente as exigências técnica do TR. Todavia, da análise da documentação técnica apresentada pela empresa 3 Corp para fins de habilitação, resta evidente que a solução ofertada desatende as exigências do TR para diversos itens, de sorte que não há como se justificar sua habilitação, que precisa ser revista e afastada, pena de rompimento com as base da isonomia, do julgamento objetivo e, sobretudo, a vinculação do edital.

## 2.1. Item 3.19.4 Termo de Referência

Quanto a Capacidade do Sistema, estabelece o Item 3.19.4, o edital exige suporte a até 2.000 portas, com possibilidade de expansão modular em **sistema único**.

O sistema OmniPCX ofertado pela 3Corp e que não integra a Plataforma Rainbow, seria um segundo sistema, descaracterizando a unicidade.

Inclusive, um ponto precisa ser ressaltado diante da relevância que importa para o processo. Toda a Prova de Conceito foi realizada com a participação dos representantes das empresas e foi devidamente GRAVADA.

E nessa gravação resta comprovado e registrado a oferta pela empresa 3Corp de solução não baseada em sistema único, mas dependente de outra solução complementar para a implementação dos requisitos exigidos no TR.

E não é apenas a Wecom que afirma! Ao final da POC o próprio Representante da Empresa 3Corp afirmou que havia 2 (DOIS) sistemas (o Rainbow Hub e Omni PCX) para realizar as Gravações.

Portanto, há não apenas um reconhecimento expresso de não atendimento pela 3Corp, como há um reconhecimento claro e inequívoco de que a própria SEFAZRS descumpre as regras vinculantes que criou para esse certame quando aceita uma solução nessas condições.



E caso essa aceitação ocorra de fato – o que se admite apenas por questão de argumentação – restará caracterizada afronta a competitividade, pois o TR trouxe uma regra restritiva inútil, capaz de impactar diretamente na concorrência, mas que ao mesmo tempo, contraditoriamente, será desconsiderada no julgamento de aceitação da solução.

Ou seja, levado a efeito essa conduta, teremos um TR comprometido, pois contempla regra desnecessária e, pior que isso, a restrição a participação de todas as potenciais licitantes que deixaram de ingressar na disputa por não terem solução baseada em sistema único para atender na íntegra a especificação.

Isso macula o certame e compromete a ampla disputa, o que não pode e não deve ser cancelado por esta autoridade.

Inclusive, desde já se requer a juntada da gravação da POC ao processo.

## 2.2. Item 3.22.2 Termo de Referência

Estabelece referido item:

3.22.2. Deverá suportar no mínimo os protocolos H323/TCP e H323/TLS, SIP/TCP e SIP/TLS, LDAP, LDAPs e HTTP e HTTPS;

Segundo a documentação oficial disponível para consulta pública, **o Rainbow hub NÃO POSSUI suporte nativo a H.323.**

O H.323 permite integração com equipamentos legados ou vídeo conferência institucional, de sorte que é de extrema relevância para a SEFAZRS que objetiva justamente uma solução para a comunicação interna da SEFAZ e migração os serviços prestados atualmente em contrato emergencial pela Oi S.A.



O protocolo H.323 ainda é amplamente utilizado e sistemas de vídeo conferência tradicionais (Polycom, Cisco, LifeSize, Tandberg), além do que muitas instituições públicas ou empresas com infraestrutura instalada, ainda possuem infraestrutura baseada em MCU H.323.

Portanto, mesmo que a solução nova use SIP/WebRTC, é necessário interoperar com sistemas antigos durante a transição ou integração híbrida.

Também é importante considerar que o edital **exige suporte a H.323/TCP, H.323/TLS, SIP/TCP, SIP/TLS, LDAP/LDAPS, HTTP, HTTPS no reverse proxy, não apenas no sistema como um todo.**

E da mesma forma, o datasheet do OpenTouch SBC, usado como reverse proxy, também não traz qualquer comprovação específica quanto aos protocolos H.323/TLS e LDAP/LDAPS.

E sem atendimento a essas funcionalidade, a inabilitação da recorrida é medida impositiva.

### 2.3. Item 3.23.7: Termo de Referência

Item 3.23.7.

Suporte ao protocolo H.460.17 (Se não suporta H.323, não suporta H.460.17).

O edital exige H.460.17 (essencial para interoperabilidade em H.323).

Sua ausência compromete a viabilidade de comunicação entre ramais e terminais de videoconferência interinstitucionais, especialmente em ambientes de alta segurança e segmentação de rede, comuns em órgãos públicos.

Quando se trata de comunicações H.323 através de NAT/firewalls em redes públicas ou privadas, o H.460.17 atua para permitir a comunicação entre os endpoints sem a necessidade de configuração de port forwarding manual.



Como a presença de NAT/firewalls é certa, o H,460.17 não apenas melhora a segurança, como também reduz custo operacional.

O protocolo H.460.17 é requerido para garantir a interoperabilidade e funcionamento adequado de dispositivos H.323 localizados atrás de firewalls e NATs institucionais.

**O Rainbow Hub não suporta esse protocolo.**

A 3Corp buscou suprir essa limitação mencionando o OmniPCX, mas isso descaracteriza o sistema único solicitado pelo edital.

**2.4. Chamadas via Web (WebRTC) – Itens 3.32.1 a 3.32.11.**

O edital exige:

- *Widgets personalizados e integração HTML/JS/CSS;*
- *Botões de voz, vídeo e e-mail integráveis ao **site da SEFAZ-RS**;*
- *Status de presença visível;*
- *Inclusão de todas as licenças e equipamentos necessários sem custo adicional.*

Mesmo diante de todas essas exigências, detectamos os seguintes problemas no Rainbow Hub:

- Não oferece widgets customizados nem botões nativos de voz/vídeo/email para incorporação direta em site externo.

- O status de presença só é visível dentro do ambiente Rainbow, não em páginas externas.

**2.5. Requisito de sistema único (itens 3.19.4, 3.22.2 e 3.23.7) Termo de Referência**



O edital é expresso ao exigir que o sistema de telefonia opere **como um único sistema modular**, com suporte a até 2.000 portas (item 3.19.4) e aos protocolos H.323, H.323/TLS e H.460.17 (itens 3.22.2 e 3.23.7).

O Rainbow Hub, conforme documentação oficial, não suporta H.323 nem H.460.17 de forma nativa. Para suprir essa deficiência, a 3Corp passou a alegar a necessidade de integração com o OmniPCX Enterprise o que não atende ao requisito de unicidade do sistema, pois a solução passaria a depender de duas plataformas absolutamente independentes (Rainbow Hub + OmniPCX) para cumprir os requisitos mínimos.

Não bastasse o fato de a saída levada a efeito pela 3Corp criar uma dependência artificial de interconexão, que descaracteriza a própria natureza de um sistema único modular exigido pelo edital, a aceitação de duas plataforma independente em contraposição a unicidade exigida no edital importaria letal quebra de isonomia e, sobretudo, afronta a competitividade, pois eventuais licitante que se mantiveram afastadas e que não ingressaram na disputa justamente porque não tinham uma solução única que atendesse na íntegra a especificação técnica exigida, terão sido alijadas do certame.

Isso, sobretudo, afetou a competitividade.

## 2.6. Ramais H.323

Ramais H.323 não são suportados pelo Rainbow Hub e para funcionarem teriam que ser registrados no OmniPCX, que é um sistema diferente e independente.

O edital exige que a solução de gravação forneça relatórios completos e individualizados por ramal:

3.37.15 Mostrar relatório de chamadas individual (do usuário logado), com filtro de data, horário, número de telefone (ou outro identificador quando se tratar de mídias diferentes de voz);

3.37.16 Mostrar relatório individual com filtro de data, horário, tempo total de atendimento, parciais de pausas (início e fim – horário e tempo total de cada uma);



No entanto, o Rainbow Hub não possui relatórios individuais de cada ramal gravado. Apenas apresenta relatórios consolidados de tempos médios e estatísticas globais.

Inclusive, a recorrente detectou que durante a demonstração à SEFAZ, não foi possível comprovar sequer a existência de relatórios detalhados por ramal.

Esse ponto compromete diretamente a auditoria e a rastreabilidade das chamadas.

## 2.7. Gravação de Ramais H.323

Outro problema grave refere-se à gravação de ramais H.323:

A solução Rainbow Hub da Alcatel-Lucent Enterprise (ALE) foca primariamente em comunicações SIP e recursos de colaboração baseados na nuvem. A gravação de chamadas é um recurso disponível no serviço, que **permite a somente gravação de ramais SIP**.

Por ser uma plataforma de comunicação unificada como serviço (UCaaS) que opera na nuvem, ela é otimizada para trabalhar com o protocolo SIP.

Já no que tange a gravação de ramais H.323 é mais complexa, eis que **não é uma funcionalidade nativa do Rainbow Hub**.

Assim, para que a gravação de chamadas H.323 funcione em um ambiente que usa o Rainbow Hub, é necessário um outro sistema de telefonia local que tenha a capacidade de converter ou rotear o tráfego H.323 para o ambiente SIP do Rainbow Hub.

Ou seja, para ambientes com ramais H.323, a gravação depende necessariamente de uma integração ou de uma solução híbrida com o PABX local, o que novamente contraria o requisito de unicidade de sistema estabelecido no edital.





Assim, a solução ofertada pela 3Corp não consegue garantir a gravação integral de todos os protocolos exigidos (SIP + H.323).

## **2.8. Chamadas via Web (WebRTC)**

O edital especifica, nos itens 3.32.1 a 3.32.11, a necessidade de permitir chamadas via Web (WebRTC) diretamente no site da SEFAZ-RS, sem custos adicionais para a população.

Isso significa: qualquer cidadão acessando o site da SEFAZ deveria poder realizar, a partir de um widget integrado, realizar chamadas de voz ou vídeo para a central.

Essa chamada deve ocorrer via navegador (sem necessidade de aplicativos externos), com tecnologia WebRTC e integração transparente ao sistema de telefonia da SEFAZ.

O requisito também inclui a disponibilização de botões (voz, vídeo e e-mail) totalmente integráveis ao portal da SEFAZ com customização em HTML/JS/CSS.

Mesmo diante da importância desse requisito, não houve qualquer demonstração na POC de que a solução era capaz de implementar essa funcionalidade.

E não apenas isso, quando a WECOM pediu no curso da POC que fosse apresentada a funcionalidade in loco e se demonstrasse como ela iria operar, a própria 3Corp informou que não era possível demonstrar porque era algo que ainda precisava ser desenvolvido.

Portanto, ficou claro que essa funcionalidade não é nativa no sentido da plataforma, não está pronta e apta ao uso, mas uma capacidade que depende de desenvolvimento e customização.

Ou seja, houve o reconhecimento pela própria recorrida de que não há atendimento para a funcionalidade de chamadas via Web (WebRTC), de sorte que a solução não atende a especificação pretendida, sendo a desclassificação da 3Corp medida impositiva.



### 3. Quebra de isonomia:

A análise da documentação juntada para fins de habilitação no PAP e também das conclusões extraídas da POC, onde não demonstradas e comprovadas diversas funcionalidade, permite concluir **que a solução proposta não é aderente a especificação técnica exigida e que recorrida não está habilitada e, portanto, NÃO ATENDE as exigências do edital e TR, tendo infringido importantes regras vinculativas e mandatórias, de sorte que manter a adjudicação e aceitação da solução nessas condições ocasionaria letal afronta aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e, principalmente, da ISONOMIA.**

Diante desse quadro e para que se respeite essa igualdade de participação EM IGUAIS CONDIÇÕES, a lei deve ser a mesma para todos, sem distorções ou interpretações isoladas.

E, em caso de dúvidas, que se priorize aquela interpretação em maior conformidade com o edital, que é a lei entre partes.

Portanto, não há espaço para dúvida de qualquer natureza e o processo precisa restaurar a ordem e impor a imediata desclassificação da recorrida, pena de caracterização de quebra de isonomia.

### 4. Da vinculação, legalidade e julgamento objetivo:

É cediço que a participação no Pregão é um direito conferido ao particular, mas que resulta em obrigações que o vincula, gera compromissos com os concidadãos e por conseguinte ao Estado.

O rigor emana da falta de fiscalização prévia dos requisitos necessários estabelecidos no instrumento convocatório, como bem pondera Marçal Justen Filho:

*“Se a Administração não fiscaliza previamente a presença dos requisitos de participação no pregão, isso não retrata a concepção de que todo e qualquer particular poderia formular lances. Ausência de fiscalização prévia não equivale a*



*inexistência de requisitos. No pregão significa dever objetivo de diligência.*

*“O interessado em participar do certame tem o dever de **examinar a lei e o ato convocatório** e avaliar se está em condições de competir. Se não estiver, o sujeito tem o dever de escolher o não-comparecimento.”* (Justen Filho, Marçal. Pregão: Comentário à legislação do pregão comum e eletrônico. 5ª ed. rev e atual. São Paulo. Dialética, 2009. Pg. 233).

O Edital é claro e vincula todos os licitantes.

É a lei da licitação no caso concreto, não sendo facultado à Administração usar de discricionariedade para desconsiderar determinada exigência prevista em lei, de ampla e irrestrita aplicação, bem como do instrumento convocatório.

O descumprimento das cláusulas constantes no mesmo implica a desclassificação da proposta ou inabilitação da licitante, pois, do contrário, estar-se-iam afrontando os princípios norteadores da licitação, como *a legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.*

Em tal prol, ressalte-se lição do administrativista MARÇAL JUSTEN FILHO<sup>1</sup>:

*“Depois de editado o ato convocatório, inicia-se a chamada fase externa da licitação. Os particulares apresentam as suas propostas e documentos, que serão avaliados de acordo com os critérios previstos na Lei e no ato convocatório. Nessa segunda fase, a Administração verificará quem, concretamente, preenche mais satisfatoriamente as condições para ser contratado. Também nessa etapa se exige o tratamento isonômico. Trata-se, então, da isonomia na execução da licitação. Todos os interessados e participantes merecem tratamento equivalente.”*

---

<sup>1</sup>. [3] JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 15ª ed. São Paulo: Dialética, 2012. p. 61.



Sem comprovação por meio da documentação exigida e que possibilitam (e garantam) à Administração a certeza de que a solução atende tecnicamente as exigências estabelecidas e atende satisfatoriamente ao contido no edital e TR, resta flagrante o desatendimento do mesmo, bem como diante da não comprovação do atendimento de diversos itens do TR, a inabilitação e desclassificação da recorrida é medida que se impõe.

Como é consabido, aquele que participa da licitação tem o dever jurídico de atentar para todas as suas exigências.

Sobre o tema, assevera JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO<sup>2</sup>:

*“A vinculação ao instrumento convocatório é garantia do administrador e dos administrados. Significa que as regras traçadas para o procedimento devem ser fielmente observadas por todos. Se a regra fixada não é respeitada, o procedimento se torna inválido e suscetível de correção na via administração ou judicial. O princípio da vinculação tem extrema importância. Por ele, evita-se a alteração de critérios de julgamento, além de dar a certeza aos interessados do que pretende a Administração. E se evita, finalmente, qualquer brecha que provoque violação à moralidade administrativa, à impessoalidade e à probidade administrativa. (...) Vedado à Administração e aos licitantes é o descumprimento das regras de convocação, deixando de considerar o que nele se exige, como, por exemplo, a dispensa de documento ou a fixação de preço fora dos limites estabelecidos. Em tais hipóteses, deve dar-se a desclassificação do licitante, como, de resto, impõe o art. 48, I, do Estatuto”. (grifos apostos)*

A licitação visa permitir a participação do maior número possível de pretendentes a contratar com a Administração Pública, **em um processo seletivo que lhes permita igualdade de condições**, fazendo com que o Poder Público possa pactuar com aquele que lhe ofereça melhores condições técnicas e econômicas, com a segurança exigida.

---

<sup>2</sup>. CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 25ª edição. Editora Atlas, 2012, p. 244.



Qualquer desvio ou descolamento desse rumo, que vise ou venha a beneficiar um proponente em detrimento dos demais, acarretará infração à ordem econômica.

O TCU no **Acórdão nº 1.533/2006** – Plenário, ratificado pelo Acórdão n.º 776/2008 – Plenário (modificado pelo Acórdão 3.069/2008-Plenário), reconheceu que “2. **Na busca da proposta mais vantajosa para a Administração não se pode relegar a um segundo plano os princípios básicos do procedimento licitatório e da Administração Pública, não se podendo cogitar sobreposição de princípios licitatórios. 3. A conduta dos agentes públicos deve atender para o disposto na regra legal e nas condições do ato convocatório, devendo todos os licitantes receber tratamento idêntico. 4. A escolha da proposta mais vantajosa deve ser apurada segundo os critérios objetivos definidos no edital e não com base na escolha dos julgadores em considerar válida a proposta pela própria vantagem que ela traria para a Administração.**” (grifo nosso)

Portanto, o critério meramente financeiro não determina e nem esgota a discussão se uma proposta é ou não mais vantajosa, na medida em que vantajosa é, antes de mais nada, aquela proposta que atende a 100% das condições do edital e TR.

A Recorrente entende que há razão e prova suficiente de que a habilitação da recorrida nas condições postas nestes certame afronta ao edital e prejudica sua lisura, sendo o acolhimento da proposta e habilitação da recorrida ato administrativo que ultraja os mais basilares princípios licitatórios, com impacto na legalidade, na vinculação, no julgamento objetivo, na ampla competição e, sobretudo, na isonomia.

## 5. Do pedido:

Diante do exposto acima a WECOM REQUER:

Sejam recebidas, processadas e ao final acolhidas integralmente as presentes razões de Recurso Administrativo, reformando-se a decisão que declarou vencedora e habilitou a empresa a empresa 3 CORP TECHNOLOY S.A, forte nas razões que instruem o presente recurso.



Nesses termos.

Pede deferimento.

Porto Alegre, 22 de agosto de 2025.

---

**WECOM S/A**

